



Loures | Conjunto de Debates, Ações Informativas e Oficinas, Dirigido a Pais, Enc. Educação e Professores



16.ª edição do Concurso Nacional de Leitura, realiza-se, no dia 4 de março, na Biblioteca Municipal José Saramago, em Loures



Odivelas: Não há liberdade a sério...nem linha violeta!



O Presidente da CM Loures, Ricardo Leão visitou as obras da Empreitada da estação Ferroviária de Sacavém



Odivelas | Terra de Oportunidades

Índice

O Jornalismo, O Digital e os Projetos Multimédia	2
Andamento da empreitada de requalificação da estação ferroviária de Sacavém	3
Ciclo Loures Educa+ 2023	4/5
Loures - Município	6/7
Terra de Oportunidades	8
35.ª Milha urbana da cidade de Sacavém	9
Política de imigração portuguesa	10
Dividir para Reinar? Desmontando a Matrioshka...	11
A CULTURA	12/13
Odivelas: Não há liberdade a sério...nem linha violeta!	14
Modelo e concessões de energia elétrica em baixa tensão discutidos no Conselho Metropolitano de Lisboa	15
Queixa à CMVM revela falhas no reporte anual sobre utilização de plástico por parte do grupo Sonae	16
A Nova Era de Fabricação para a Produção de Energia Limpa	17

O Jornalismo, O Digital e os Projetos Multimédia

Sou, entre outras funções, o editor de política do "NotíciasLx". O espaço que ocupamos nas nossas edições do semanário "NotíciasLx" e na informação Online através do site, foca, em 80% pelo menos, a atividade política e, 95%, a atualidade regional. Pensar hoje em dia num projeto de Comunicação apenas centrado na imprensa, na rádio ou na Tv é um desperdício tremendo.

Em Jornalismo há que pensar global e agir local mas, pensar multimédia.

Quando falamos em multimédia, estamos a falar em fotografias, vídeos, sons e texto.

Um jornalista tem, hoje em dia, que dominar as várias áreas multimédia e, a reportagem ou o artigo, podem nascer de uma das áreas e ganhar expressão nas outras.

O vídeo tem facilmente tradução para ser trabalhado na rádio ou na imprensa e, estamos a falar de projetos de informação Digitais.

Num projeto Digital a informação via Mobile tem um papel fundamental na captação de audiências – não basta estar Online, tem de haver um cuidado especial com a versão Mobile.

Não é apenas o tratamento da informação nas várias vertentes Multimédia mas também a Publicidade, a grande fonte de receita da esmagadora maioria dos projetos de informação, que tem um tratamento totalmente díspar da antiga imprensa escrita.

Desde a imagem animada ao vídeo que tem "o gatilho" que leva à tomada de decisão,

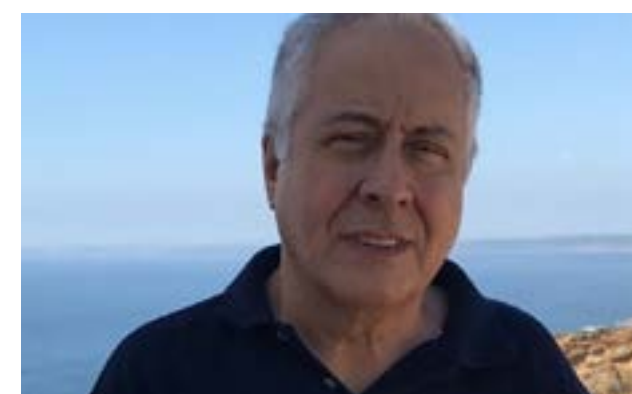
há uma panóplia imensa de opções que só o Digital pode oferecer.

Os projetos de comunicação, mesmo os mais antigos, tendem a associar os diversos meios – imprensa, rádio e Tv e, com isso, logo à partida, criarem sinergias com ganhos evidentes na circulação da informação nas distintas redações que tendem a tornar-se no que poderemos chamar uma redação multimédia. A simbiose resultante traz ganhos a todos os níveis e não deve ser vista como uma forma de baixar os custos com pessoal mas, com a formação inerente, alavancar o projeto para outro patamar.

O futuro está já aí e com a crescente presença da inteligência artificial em todos os setores, incluindo o jornalismo, a pesquisa, documentação e análise estão mais facilitadas e são de esperar grandes novidades para além do ChatGPT.

António Tavares, diretor

EDITORIAL



Ficha Técnica Notícias LX - Diretor: António Tavares - Editor e Redação: Alameda Salgueiro Maia, Lote 4, 1º andar – Gab 8, 2660-329 Santo António dos Cavaleiros | NoticiasLx@sapo.pt
 Colunistas: Oliveira Dias, Paulo Bernardo e Sousa, Ricardo Henriques, Nuno Miguel Botelho, Fernando Pedroso, Ricardo Andrade, Maria Máxima Vaz, David Pinheiro, Filomena Francisco, Vitor Manuel Adrião, Pedro Almeida, João Calado, José Maria Pignatelli, Filipe Martins, Ricardo Helena.

Inscrição na ERC: 127230 | Periodicidade: **Semanal**

Estatuto editorial: <https://noticiaslx.pt/estatuto-editorial/>

Regras editoriais: <https://noticiaslx.pt/regras-editoriais/>

NotíciasLx: <https://NoticiasLx.pt>

Andamento da empreitada de requalificação da estação ferroviária de Sacavém

O presidente da Câmara Municipal de Loures, Ricardo Leão, visitou, esta semana, a estação ferroviária de Sacavém para se inteirar sobre o andamento da empreitada de requalificação daquele equipamento.

A obra, da responsabilidade da Infraestruturas de Portugal, tem como principais objetivos a reorganização e ampliação do parque de estacionamento, bem como a beneficiação geral da estação e zona envolvente.



Com conclusão prevista para o próximo mês de abril, está neste momento, a ser desenvolvido um conjunto alargado de melhorias, nomeadamente a substituição da iluminação da zona do edifício de passageiros, a colocação de proteções nos abrigos das plataformas de passageiros, a instalação de mobiliário urbano nas plataformas e no parque de estacionamento, a substituição da sinalética existente, o aumento da capacidade do parque de estacionamento para 77 veículos ligeiros, incluindo seis lugares para pessoas de mobilidade reduzida, a instalação de suportes para estacionamento de bicicletas e a construção de um acesso pedonal, em escada, entre a plataforma da linha 4 e o parque de estacionamento público, localizado a nascente da estação.

A intervenção, com um investimento de 540 mil euros, vem, assim, responder a novos critérios de acessibilidade, funcionalidade, conforto e segurança, tendo ainda como referência a Jornada Mundial da Juventude, prevendo-se que a Estação de Sacavém venha a constituir-se como uma importante interface na mobilidade das pessoas que se deslocam ao evento.

O presidente da Junta de Freguesia de Sacavém, Carlos Gonçalves, também marcou presença nesta breve visita.

Fonte: CM Loures



Ciclo Loures Educa+ 2023

A Câmara Municipal de Loures promove entre 3 de março e 17 de maio, o Ciclo Loures Educa +.



3 MARÇO
18:30-20:00

Escola Básica da Quinta da Alegria
Rua do Seminário,
Quinta da Alegria, Moscavide

Oficina pais e filhos:
Cozinhas do mundo



16 MARÇO
18:30-20:00

Escola Básica Maria Keil
Rua das Escolas, Apelação

Estratégias de gestão de comportamento: Técnicas eficazes desde a infância à adolescência



24 MARÇO
18:30-20:00

Escola Básica Luís Sttau Monteiro
Rua Guilherme Henrique Soromenho, Loures

Jovens que passam muito tempo à frente dos ecrãs. O que fazer?



8 MARÇO
18:30-20:00

Escola Básica de Sacavém
Av. James Gilman, Sacavém

A frustração, a (im)patiência, o meu filho e.... a matemática!



22 MARÇO
18:30-20:00

Escola Básica do Prior Velho
Rua Maestro Lopes Graça,
Prior Velho

Mente, cérebro, família e escola: dos melhores métodos para aprender ao papel da família e da escola.



29 MARÇO
18:30-20:00

Escola Básica de Camarate
Rua Eduardo Augusto Pinto,
Camarate

Adolescência: o tempo em família e novos desafios



9 MARÇO
18:30-20:00

Escola Básica General Humberto Delgado
Rua António Sérgio, Cidade Nova,
Santo António dos Cavaleiros

Libertem as crianças!
A urgência de brincar e ser ativo



23 MARÇO
18:30-20:00

Escola Secundária de São João da Talha
Rua Deputado Botelho das Neves, São João da Talha

Como motivar os filhos para o sucesso escolar



30 MARÇO
18:30-20:00

Escola Básica do Alto da Elra
Rua de Angola, Santa Iria de Azóia

O tempo em família: Afetos e sentimentos que promovem um crescimento feliz e equilibrado

Trata-se de um conjunto de debates, ações (in) formativas e oficinas, realizado em parceria com Associações de Pais e Encarregados de Educação, Agrupamentos de Escolas, Centro de Formação de Associação de Escolas CENFORES e Centro de Formação de Associação de Escolas

da Zona Oriental do Concelho de Loures. É dirigido a pais e encarregados de educação, professores e outros profissionais da área educativa. Estas ações são reconhecidas pelo Centro de Formação de Associação de Escolas CENFORES e pelo Centro de Formação de

Associação de Escolas da Zona Oriental do Concelho de Loures e a sua **participação confere a qualidade de ação de formação de curta duração (ACD).**
Fonte: CM Loures



17 ABRIL
18:30-20:00

Escola Básica de São Julião do Tojal
Rua Alves Redol, 16,
São Julião do Tojal

Oficina suporte básico de vida - Pediatria



28 ABRIL
18:30-20:00

Escola Básica da Flamengo
Avenida João Branco Nuncio,
Santo António dos Cavaleiros

Oficina Métodos de Estudo: Como Ajudar o seu filho?



11 MAIO
18:30-20:00

Escola Básica da Portela
Rua dos Descobrimentos, n.º 6,
Portela

Oficina Suporte básico de vida - Pediatria



19 ABRIL
18:30-20:00

Escola Básica da Fonte Santa
Rua Nossa Senhora da Assunção, Loures

Oficina Filosofia para crianças: Como ensiná-las a pensar por si próprias



4 MAIO
18:30-20:00

Escola Básica do Bairro da Covina
Rua 18 de Janeiro, Bairro da Covina, Santa Iria de Azóia

Relações fortes entre pais e filhos criam crianças e adolescentes seguros



15 MAIO
18:30-20:00

Escola Básica Gaspar Correia
Avenida das Escolas n.º 9,
Portela

Adolescentes: o que pensam, o que desejam e o que sentem.



20 ABRIL
18:30-20:00

Escola Básica de Fanhões
Rua da Lapa, Fanhões

Os pais da atualidade: afetos, dúvidas, autoridade, stresse...



10 MAIO
18:30-20:00

Escola Secundária Dr. António Carvalho Figueiredo
Rua 25 de Abril, Loures

Adolescência: Velhos e novos desafios para os pais



17 MAIO
18:30-20:00

Escola Básica Fernando Pessoa
Rua Catarina Eufémia, Portela da Azóia, Santa Iria de Azóia

Aproveitar o tempo em família e gerir a pressão da escola: testes, apresentações e exames sem stresse lá em casa

Loures - Município

Estrada Municipal 1250, em Bucelas.



Já reabriu ao trânsito, depois de intervencionado, o troço da Estrada Municipal 1250, em Bucelas. Este troço, que faz a ligação à freguesia de São Tiago dos Velhos, no Município de Arruda dos Vinhos, sofreu um abatimento de aproximadamente 200 metros, decorrentes das condições climáticas adversas que ocorreram em dezembro de 2022. Os trabalhos de reparação ficaram concluídos no final do passado mês de janeiro, tendo esta obra representado um investimento municipal de cerca de 103.260 euros.

Fonte: CM Loures



Loures | ATÉ 30 DE ABRIL – Limpeza obrigatória de terrenos

De forma a minimizar o risco de incêndio, a Câmara Municipal de Loures recorda que deverá limpar a vegetação dos seus terrenos até ao dia 30 de abril.

Sabia que limpar a vegetação à volta das casas é a melhor forma de prevenir que um incêndio o atinja a si e aos seus bens? A legislação em território nacional indica que proprietários, arrendatários, usufrutuários ou entidades que, a qualquer título, detenham terrenos, devem realizar anualmente um conjunto de ações de proteção e segurança com vista à mitigação de riscos de incêndio.

Assim, se é proprietário de um terreno rural (florestal ou agrícola) saiba o que deve fazer até dia 30 de abril de 2023.

Se precisar de esclarecer alguma dúvida, contacte o Departamento de Ambiente, através da Divisão de Gestão de Parques e Floresta: 211 150 326 | dgpf@cm-loures.pt | GNR/SEPNA ct.lsb.dvfx.npa@gnr.pt.

Fonte: CM Loures



Loures - Município II

XXX Torneio Internacional de Futebol Infantil da Ponte de Frielas / Torneio João Sequeira

com a novidade da inclusão do futebol feminino. Nesta ocasião, penso que é de toda a justiça destacar o empenho do presidente do União Desportiva da Ponte de Frielas, João Sequeira e da sua direção que, com o apoio da Câmara, da junta de freguesia e de outras entidades, conse-



Estiveram nos Paços do Concelho de Loures, as oito equipas que participaram no XXX Torneio Internacional de Futebol Infantil da Ponte de Frielas / Torneio João Sequeira, que teve início a 18 de fevereiro.

São trinta anos de um torneio que a Câmara tem muito orgulho em apoiar e incentivar e este ano

guiu ultrapassar as dificuldades provocadas pelo mau de tempo verificado no mês de dezembro, tendo conseguido realizar esta XXX edição com a dignidade que este torneio merece.

Fonte: CM Loures



Regulamento Municipal de Apoio às Instituições Sociais - CANDIDATURAS ATÉ 28 DE FEVEREIRO

A Câmara Municipal de Loures informa que foi prolongado, até ao dia 28 de fevereiro de 2023, o período para a submissão de candidaturas aos apoios financeiros previstos no Regulamento Municipal

de Apoio às Instituições Sociais.

As entidades elegíveis poderão candidatar-se às tipologias:

- . Apoio ao Funcionamento
- . Apoio a Atividades Regulares
- . Apoio à Aquisição de Equipamentos e Mobiliário
- . Apoio à Aquisição de Viaturas
- . Apoio à Realização de Obras de Conservação de Imóveis
- . Apoio à Realização de Obras de Construção e Adaptação de Imóveis

Recorda-se que os apoios previstos destinam-se às entidades do sector cooperativo e social que integram a economia social portuguesa, legalmente constituídas e com sede e atividade no Município de Loures, ou seja, as associações de solidariedade social, as cooperativas de solidariedade social credenciadas nos termos do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 7/98 de 15 de janeiro, as associações mutualistas ou de socorros mútuos, as fundações de solidariedade social, as fundações de solidariedade social, as irmandades da misericórdia, os centros sociais e paroquiais e as Cáritas diocesanas e paroquiais.

A submissão de candidaturas deverá ser feita exclusivamente através do Balcão Único da Câmara Municipal de Loures.

Para mais informações ou esclarecimentos, poderão contactar a Linha de Apoio do Balcão Único, a Câmara Municipal de Loures / Divisão de Respostas Sociais (drs_adrs@cm-loures.pt / 211 150 858) ou ainda, consultar o Regulamento Municipal para Apoio às Instituições Sociais em :: Loures Coesão Social :: [Regulamento Municipal de Apoio às Instituições Sociais](#).

Fonte: CM Loures

Terra de Oportunidades

Há uns anos atrás era este o slogan escolhido pelo Município de Odivelas para “vender” as terras de D. Dinis.

O certo é que entre muitos anúncios, powerpoints, cartazes de propaganda as ditas Oportunidades não surgiram.

Projectos como o O’Tech e o MetroBus a que se junta o corte da Linha Amarela e o seu compensador, a rede de eléctricos confirmam que as Oportunidades ou não passam de “bonecada” para apresentar em períodos eleitorais, ou são para alguns.

É um facto que alguns odivelenses agarram as oportunidades que lhes surgem. Exemplo disso, temos a ilustre odivelense e ex Presidente da Associação Raríssimas, que sob o orçamento daquela associação decidiu satisfazer as suas necessidades.

Facto é que a Associação Raríssimas tendo como objectivo o apoio a portadores de doenças raras, desde cedo, foi apoiada com recursos públicos, uns mais simbólicos como o da Presidência da República, outros mais materiais como os da Segurança Social. A estes ainda se juntaram os apoios particulares, privados e de “mecenas”. Rapidamente o orçamento desta associação engordou ao ponto de para tudo servir, até para uma opulenta forma de vida de quem dirigia esta importante Associação. Haja Oportunidades!

Não obstante e segundo uma recente investigação do “Observador”, as tais Oportunidades surgiram ali para os lados da Paróquia da Ramada, onde um sacerdote e a respectiva amante se terão apropriado de cerca de 800 mil euros de várias instituições ligadas à Igreja, que geriam em benefício próprio e que segundo o Ministério Público provinham de dinheiro de doações de particulares, empresas e até da Segurança Social. Não é por acaso que Hernâni Carvalho, uma Oportunidade perdida, não conferia ao Poder Eclesiástico a importância que muitos queriam e ainda praticam.

800 mil euros usados para “satisfação das necessidades pessoais e pagamento de despesas de carácter supérfluo, como viaturas desportivas, um Porsche, um barco e duas motos de água, além dos milhares de euros em roupa, viagens e mariscadas.

Tudo isto terá acontecido através da centra-

lização das contas numa só instituição de onde os ora arguidos transferiram dinheiro para as suas contas pessoais, justificando tal com obras de caridade que nunca existiram. Terra de Caridosas Oportunidades!

Falando em Terra de Oportunidades, infelizmente nas terras de Odivelas tal tem sempre um proveito muito duvidoso.

Aliás, este slogan municipal foi substituído por ordem da então Presidente da Câmara Municipal, Susana Amador. Até aqui tudo normal, não fossem os custos associados a este e à mudança de imagem que esta mudança impôs à edilidade odivelense. Como aquilo que é decidido é para levar em diante à tripa-forra, mesmo não havendo recursos financeiros, decidiu-se então acabar com a Festa de Natal dirigida aos filhos dos trabalhadores municipais. Lá se foi a responsabilidade social, trocada pela sempre poderosa e necessária propaganda.

Isto é que é agarrar oportunidades. Uma despesa inútil, dirigida a esses malandros dos trabalhadores? O melhor é usar aqueles recursos para o que interessa, na propaganda. Importa pois nunca esquecer quem e como nos tratam. Naquele ano, nós os melhores trabalhadores do mundo e arredores, fomos trocados por um slogan e um logótipo. Ficou claro o valor de quem trabalha.

Todavia, a Terra de Oportunidades não se fica por Odivelas. A propósito desta maldita guerra que desde 2014 se veio desenvolvendo na surdina, mas que há precisamente um ano ganhou a expressão que hoje conhecemos, muitos se têm aproveitado desta para especulando fazer subir a inflação. Surge então uma nova Oportunidade.

A Oportunidade de Sempre. A de extorquir a quem trabalha, inflaciona-se em escala descontrolada os preços de tudo e um par de botas, sendo que a factura se sente com maior dor nos bens de consumo alimentares e energéticos.

Eis a Oportunidade, a oportunidade de os bancos centrais subirem o preço do dinheiro, permitindo à banca lucrar de forma usurária e especulativa, elevando os custos das prestações de empréstimos à habitação e outros. Tal associado a políticas desastrosas como a dos Vistos Gold que estimularam/incrementaram a especulação imobiliária, tornaram a habitação algo de inacessível aos portugueses, mas uma Opor-

tunidade para estrangeiros abastados precisando fazer lavagens de dinheiro. Sendo tal, ainda, uma Oportunidade para guetizar os portugueses nas periferias das periferias das cidades, tirando Oportunidades de habitação aos jovens que nos sucedem, equivalendo tudo isto a um claro empurrão da massa de trabalho mais especializada e culta de sempre para verdadeiras Terras de Oportunidades.

É caso para dizer, se Passos Coelho abriu a porta à emigração, António Costa tem empurrado aquela que poderia ser a geração, que cá ficando, poderia fazer de Portugal uma Terra de Oportunidades. Mas não.

No domínio dos salários, António Costa, no Outono passado dizia que os salários não poderiam aumentar muito (nunca podem) para evitar que por essa via se alimentasse uma deriva inflacionista. Todavia, o mesmo António Costa e o seu Governo nada fazem para estancar a escalada de subida dos preços, chegando mesmo a vergar-se perante a chantagem nos preços praticados por empresas que fornecem ao Estado e deste dependem para existir quase em exclusivo.

Nunca há dinheiro para quem trabalha. As oportunidades são mesmo para os oportunistas, como se verifica no regresso das dinâmicas de rearmamento da Europa, cuja guerra na Ucrânia se tem revelado uma Oportunidade para as máquinas da guerra. Para a indústria da morte o dinheiro surgirá. Surgirá para nos matarmos e a mais uns oligarcas provirmos Oportunidades infindáveis de engordar.

Paulo Bernardo e Sousa, Politólogo



35.ª Milha urbana da cidade de Sacavém

35ª Milha Urbana Sacavém - Loures

Decorreu no passado fim-de-semana a 35.ª Milha urbana da cidade de Sacavém. Uma prova integrada no 38.º Troféu Corrida das Coletividades do Concelho de Loures, que juntou mais 500 de diversos escalões e equipas participantes e homenageou o ex-atleta José Ramos.
Fonte: CM Loures



Política de imigração portuguesa

Esta semana vou escrever sobre imigração, tendo presente a necessidade de honrar a diáspora portuguesa e o passado histórico de Portugal como país de emigrantes.

Honrar a diáspora portuguesa, que se calcula em cerca de 3,3 milhões de portugueses espalhados por todo o mundo, dos quais 2,6 milhões nascidos em Portugal, tendo as mais variadas origens, proveniências e competências, havendo de tudo, desde trabalhadores indiferenciados a altamente qualificados, passando por empresários, sindicalistas, cientistas, desportistas, agentes culturais e até políticos eleitos, como autarcas, deputados e congressistas, tendo todos em comum o facto de genericamente serem apreciados e acarinhados nos seus países de acolhimento.

Honrar o passado histórico de Portugal como país de emigrantes porque nunca devemos esquecer a nossa História, apesar de nem sempre o Estado ter conseguido dar aos seus cidadãos as melhores condições sociais, económicas e políticas que evitassem que milhares de portugueses procurassem no estrangeiro a vida e o bem-estar que não tinham na sua terra.

Portugal, a partir do século XV, com as conquistas no Norte de África e depois com os Descobrimentos contribuiu de forma decisiva para o início da globalização e para a miscigenação de raças, de povos e de etnias, sendo de destacar, entre outras situações, a obra genial de Afonso de Albuquerque, no século XVI, que fomentou a ida de portugueses para Malaca com o propósito de aí constituírem família entre os locais.

Tudo isto vem a propósito do facto de Portugal agora na posição de país de acolhimento de movimentos migratórios que, aliás, se intensificam, ter de adotar novas e mais justas políticas de imigração e de concessão da nacionalidade, acabando com o atual forrobodó de cada vez maior imigração ilegal, perpetrada por redes de tráfico humano que operam no nosso território, sem qualquer controlo e à rédea solta e com a atribuição “à la carte” da cidadania portuguesa.

Portugal não deve acolher mais imigrantes do que aqueles que o seu mercado de trabalho pode legalmente absorver, sob pena de estarmos a engrossar, cada vez mais, o número dos sem-abrigo, que dormem em tendas instaladas nas arcadas de prédios dos centros urbanos ou debaixo de pontes.

As autoridades portuguesas têm de acabar

com a injustiça e a desumanidade de continuarem a dar expectativas de uma vida melhor a imigrantes que nunca terão a possibilidade de serem legalmente absorvidos no mercado de trabalho português.

O nosso país não pode abdicar da sua soberania migratória e deve rapidamente e sem tibiezas definir que os cidadãos fora do Espaço Schengen, incluindo Brasil, Timor-Leste, Guiné Equatorial e Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), para imigrarem com destino a Portugal devem ter previamente um contrato de trabalho válido e fiscalizado, bem como uma habitação digna e adequada para si próprios e respetivas famílias (cônjuge e filhos).

Relativamente aos aspetos de habitação o que não se pode tolerar é a continuação da atual situação em que os imigrantes, os que podem, claro está, arrendam, às vezes à hora, camas que se amontoam às dezenas em quartos com espaços exíguos, podendo potenciar tragédias como a que ocorreu na Mouraria, em Lisboa, em que morreram num incêndio duas pessoas e 14 ficaram feridas.

A tudo isto as autoridades portuguesas, incluindo Juntas de Freguesia e Câmaras Municipais, assistem impávidas e serenas o que, aliás, se compreende porque o próprio Governo anda completamente desnordeado, tendo a Ministra Adjunta e dos Assuntos Parlamentares, Ana Catarina Mendes, no passado fim de semana, numa iniciativa do PS dedicada às migrações, rejeitado liminarmente o regresso a uma política de quotas, ou seja, em que existam vagas no mercado de trabalho a preencher, o que foi, logo de seguida, contrariado pelo Primeiro-Ministro, António Costa, que em Adis Abeba, à margem da recente cimeira da União Africana, defendeu uma proposta do Presidente do Conselho Europeu para um pacto entre a Europa e África que regule o fluxo migratório.

Não se vislumbra como é que um pacto que regule o fluxo migratório entre a Europa e África, defendido pelo Presidente do Conselho Europeu, com o qual o Primeiro-Ministro concorda, possa prescindir de quotas das profissões e do número de pessoas que fazem falta a cada país da União Europeia.

É imperioso que o Primeiro-Ministro, António Costa, rapidamente corrija a sua Ministra Adjunta e dos Assuntos Parlamentares, Ana Catarina Mendes, no sentido de alinharem posições políticas de forma que se perceba afinal qual a

orientação oficial sobre a imigração, porque de momento o que temos é a habitual e prejudicial cacofonia derivada da falta de coordenação do próprio Governo.

O Governo português deveria, de uma vez por todas, iniciar um levantamento rigoroso sobre as necessidades de mão de obra que o país necessita nas áreas da agricultura, da indústria, da construção civil e da hotelaria de forma a complementar uma nova lei de imigração mais justa e mais humanizada em que estejam salvaguardados os direitos dos imigrantes, no que se refere à habitação, à saúde e à segurança social.

A nova lei de imigração de que Portugal urgentemente necessita para além de salvaguardar as questões humanitárias e os interesses sociais e económicos dos imigrantes, deverá também salvaguardar a coesão sociocultural portuguesa, ou seja, promover a integração plena na nossa cultura, de todos os estrangeiros que pretendam viver e trabalhar no nosso país, evitando-se, assim, segregações e guetos étnicos.

Duvidamos que a maioria absoluta do PS queira mudar a atual política de imigração em Portugal e então teremos, infelizmente, de continuar no atual status existente, resta saber até quando.

**- Fernando Pedroso
 Deputado Municipal do CHEGA na AMO**



Dividir para Reinar? Desmontando a Matrioshka...

Se, o mundo fosse uma capoeira nuclear, só lá caberiam dois galos, os EUA e a Rússia. A história é feita de impérios cujo retalhe, normalmente imposto pela força das armas, visa o enfraquecimento de outras potências, adversárias, ao ponto de as deixarem fracas e capturáveis aos seus interesses, civis, económicas, sociais e militares.

Foi o que aconteceu com as grandes guerras mundiais, se com a primeira o mapa da Europa se pulverizou, em inúmeros novos países, antes inexistentes, por extinção de impérios históricos, já a segunda, fruto da humilhação imposta pelos vencedores aos vencidos, da primeira guerra mundial, medrou uma raiva inusitada a Versailles espoletando a II Guerra mundial, sobretudo porque na Alemanha, a apologia de Hitler sobre “espaço vital” levou ao alargamento do Reich, começando pela Polónia e pela Europa fora. No final a segunda guerra mundial legou-nos um certo “status quo” imposto pelos vencedores, à medida deles, mesmo que entre eles houvesse adversários fidalgais.

Na realidade se é certo que a Alemanha de Hitler nunca seria derrotada se, em conjunto, os Estados Unidos da América e a União Soviética, não fizessem parte da força “aliada”, também não é menos verdade, que estes “aliados” não confiavam um no outro, pelas mesmas razões – pretendiam para si a maior fatia do bolo. E o bolo era dominar áreas de influência, países e regiões inteiras.

O equilíbrio conseguido foi o que ficou para a história como a “guerra fria”, e esta concretizou-se no espartilho da vencida Alemanha, em zonas de influência, qual bolo repartido em fatias, uma para Inglaterra, outra para França, outra para os Americanos e outra para a URSS. Como são os vencedores que ditam as regras, montou-se o tribunal marcial de Nuremberga, cidade que acolheu o julgamento, dos responsáveis por crimes de guerra, embora altamente selectivo (cientistas e engenheiros, foram não só poupados como cooptados pelos vencedores para os seus países, onde de resto se destacariam de forma notável. Afinal a Alemanha era tecnologicamente avançadíssima).

O corolário desta dissecação da Alemanha, acabaria por degenerar na Alemanha Federal, absorvendo as zonas de influência ocidentais, e na Alemanha Oriental, absorvendo a zona de influência da URSS, ferindo de morte a poderosa, mas derrotada, Alemanha de Hitler. Espoliada das suas reservas de ouro, as próprias e as roubadas aos países que conquistara (agora confiscadas “ad eternum” pelos americanos), e impedida de ter um exercito, a não ser residual, o muro de Berlim, separando estas “Alemanhas”, concretizou a nova ordem mundial bipolar entre o ocidente e a URSS, que se acentuou com a

criação pelo Ocidente de uma aliança militar, a NATO, à qual um par de anos depois a URSS se viu forçada a responder criando uma homóloga com o Pacto de Varsóvia. A luta surda silenciosa e capciosa por zonas de influência durou cerca de 70 anos. O leitemotiv nos dias de hoje centra-se nos recursos energéticos, e a razão é simples, quem domina os recursos energéticos domina o mundo.

A imagem da matrioska, é bem elucidativa neste caso. Cada “boneca” é uma fase. O ocidente ciente da regra “Dividir para reinar”, começou por magicar como pulverizar a influência da URSS, e entrava pelos olhos dentro que o primeiro passo tinha de ser a unificação Alemã, pois isso enfraqueceria substancialmente a influência do Kremlin, na Europa. Foi a primeira fase do projecto da unilateralização do poder mundial, quando em 1989, com a queda “inocente” do muro de Berlim, a pedido de Reagen, e concedida por Gorbatchov, com garantias verbais, por parte dos americanos, que a NATO não pretendia alargar-se às ex-repúblicas soviéticas, sossegando um ingénuo Gorbactchov.

A segunda fase deu-se com o “momentum”, e rapidamente se alastrou ao bloco soviético, economicamente depauperado, sem dinheiro, e inúmeros problemas internos. A URSS, uma federação de 15 repúblicas, desintegrou-se, para gáudio do ocidente que de uma penada via desaparecer a influência de leste na Europa, e depois no mundo. Foi o fim de uma das duas únicas superpotências mundiais. Sem dúvida o ocidente conseguira o que poucos pensavam ser possível.

Mapa da URSS



A terceira fase dá-se concomitantemente com o fim do Pacto de Varsóvia. A quarta fase sucede quando a NATO, se apressa a abrir as suas portas á adesão dos países, ex-repúblicas soviéticas, as tais que se comprometera a não admitir, engrossando as suas fileiras, obtendo desta forma o ocidente um poder de influência considerável, e a América, como “cabeça” principal do ocidente e da NATO, reforça a sua posição mundial. A Europa, a quem não é permitida constituir a sua própria força de defesa, transforma-se em protectorado americano.

A quinta fase passa, agora pelo desmantelamento de outra federação de territórios, desta feita a própria Rússia, como corolário natural do espartejamento de um rival, á semelhança do que aconteceu no passado com a Alemanha.

Federação Russa



Por isso o cerco da NATO. Por isso o que ora esta a acontecer na Ucrânia. Em 2008 Mário Soares avisara para o perigo do alargamento irresponsável da NATO a leste, e da inevitável e previsível reacção que isso geraria. Ninguém o quis ouvir. É caso para dizer que brincar com certas matrioskas é mau para todos.

Oliveira Dias, Político

A CULTURA

A 16.ª edição do Concurso Nacional de Leitura, realiza-se, no dia 4 de março, na Biblioteca Municipal José Saramago, em Loures.

A iniciativa, inserida no Plano Nacional de Leitura para as escolas de todo o país, visa o apuramento de alunos que irão participar na prova a nível intermunicipal da Área Metropolitana de Lisboa.

A sessão terá início pelas 14h30, com a apresentação do júri que anunciará os concorrentes vencedores, cerca das 17h15, seguindo-se a entrega de prémios.

Fonte: CM Loures

A CULTURA

Companhia do Teatro Bocage apresenta a peça de teatro "A Alegre história da música em 62 minutos", no dia 26 de fevereiro, às 15 horas, no auditório Tomás Noivo, em Bucelas.

Das histórias aos quadrinhos para o palco, o espetáculo é inspirado na História da Música em Banda Desenhada - da Pré-história à Atualidade, da editora Moraes.

Mantendo o foco na importância da história, a música mistura-se com a arte dramática, desde a pré-história, com os seus instrumentos rústicos e rudimentares, até às composições de génios e os seus instrumentos musicais, cada vez mais modernos e sofisticados.

Três amigos em palco e um narrador dão o mote a esta comédia.

Saiba mais <https://bit.ly/3I18TRc>

O Museu Municipal de Loures está a assinalar os 450 anos da fundação do Convento do Espírito Santo de Loures (1573-2023) com um programa comemorativo com várias atividades, entre elas palestras, exposições, ciclos de debates, música e visitas guiadas. As atividades decorrem ao longo de todo o ano no Museu Municipal de Loures, na Quinta do Conventinho, em Santo António dos Cavaleiros.

Consulte o programa [AQUI](#)

Fonte: CM Loures

A Câmara Municipal de Loures convida a participar, no dia 26 de fevereiro, pelas 11 horas, no concerto Cenas Infantis, que terá lugar no Museu de Cerâmica de Sacavém.

Este concerto, que integra a temporada de Música em Si Menor 2022-2023, será comentado, como habitual, por Susana Henriques e convida a ouvir a música de uma forma diferente, aproximando-a dos ouvidos dos pequenos ouvintes e das suas famílias.

Neste concerto, as Cenas Infantis, que Robert Schumann compôs para piano solo em 1838, vão despertar em miúdos e graúdos a capacidade de sonhar, imaginar e fantasiar. Uma viagem ao imaginário infantil com o jogo da cabra cega, o cavalinho de madeira, entre outras peças destas Cenas Infantis, aqui apresentadas numa transcrição para harpa e violoncelo.

A entrada é livre, mediante reserva, que deve ser feita através do endereço de correio eletrónico dac@cm-loures.pt ou do telefone 211 150 660. Pode consultar o programa através do link <https://www.cm-loures.pt/media/pdf/PDF20230213113201794.pdf>

Fonte: CM Loures

Odivelas: Não há liberdade a sério...nem linha violeta!

1. Quando há dias debatíamos os problemas da habitação em Odivelas no programa “O Estado do Sítio”, na OdivelasTV, lembrei-me da canção de abril “Liberdade”, de Sérgio Godinho.

Apesar de ter uma letra onde se misturam apelos ao comunismo, nomeadamente da coletivização dos meios de produção (“Quando pertencer ao povo o que o povo produz”), existem algumas frases que, contextualizadas numa democracia liberal, são verdades: “Só há liberdade a sério quando houver a paz, o pão, habitação, saúde, educação / Só há liberdade a sério quando houver liberdade de mudar e decidir”

E se são esses os fundamentos da liberdade, em Odivelas vivemos há vários séculos arredados dessa realidade, pois nem o poder monárquico absoluto, nem o poder monárquico decadente, nem a primeira república sem rumo, nem o Estado Novo castrador e repressor, nem a recente democracia autoritária com os comunistas e depois os socialistas nos trouxeram em simultâneo a paz, o pão, habitação ou a educação. Triste sina a deste povo!

A paz foi felizmente conquistada por todos os portugueses em 25 de abril de 1974. Mas quase a perdemos na falhada “intentona reacionária” de 11 de março de 1975 e no gonçalvismo que nos levou ao PREC, com tentativas de retrocesso na liberdade e atentados aos direitos da propriedade privada, cujos efeitos negativos perduram até hoje. Acabou garantida no 25 de novembro de 1975, data que comunistas, bloquistas e uma ala socialista se recusa a comemorar (sabemos bem porquê).

Temos “pão”, mas pouco! Em Odivelas o ganho médio é de 987,12€, com uma diferença de apenas 227,00€ entre o salário mínimo e o salário médio, demonstrando os baixos salários auferidos pelos seus habitantes e o sacrifício que é pôr o “pão na mesa”.

E evoluímos muito na educação. O analfabetismo foi diminuindo ao longo destes últimos anos e hoje, diz-se, temos a geração mais bem preparada de sempre! Mas também somos o país da União Europeia com mais emigrantes em proporção da população residente. E se muitos decidem ficar, são remunerados com baixos salários, agravado por um aumento brutal do custo de vida, num Portugal em que dois terços dos adultos ganham menos de 1.100 euros por mês.

E é assim que nos propomos a suportar uma habitação. Num concelho onde o poder de compra é baixíssimo e onde o valor médio de uma transação de uma habitação é de 146.479,00€, o 5º mais elevado da área Metropolitana de Lisboa, só atrás de Lisboa, Cascais, Oeiras e Loures. Um concelho onde 56,6% é proprietária do seu imóvel e apenas 27,3% vive em

imóveis arrendados.

A saúde já conheceu melhores dias. Nos últimos anos houve um retrocesso na qualidade dos serviços de saúde prestados aos odivelenses. Na avaliação de 2014, o Hospital Beatriz Ângelo (HBA) ficou em segundo lugar no Ranking da Escola Nacional de Saúde Pública. Mas por questões ideológicas, os socialistas decidiram terminar em janeiro de 2022 com a parceria público-privada (PPP). Durante o último ano, o HBA passa a ser gerido pelo Ministério da Saúde e a ser notícia pela acelerada degradação dos serviços prestados aos seus utentes.

Temos paz física, mas não temos paz de espírito! Temos educação, mas não temos empregos compatíveis! Mal temos salários para o “pão” e pagamos um preço muito elevado pela habitação e pelos cuidados de saúde. Isto não é Liberdade!

2. A Comissão Nacional de Acompanhamento do PRR apresentou recentemente o relatório de acompanhamento do programa, tendo considerado crítico o projeto de “expansão” do metro ligeiro de superfície Odivelas/Loures.

Na opinião dos peritos, este constrangimento é devido à alteração do traçado e à necessidade das autarquias encontrarem financiamento para o conjunto de obras acessórias de responsabilidade municipal, nomeadamente a intervenção no espaço público envolvente à linha. Estes responsáveis apontam como hipótese um empréstimo do Banco Europeu de Investimento, já que a parte do Metro está assegurada pelo PRR.

Primeiro, como é que existiu alteração ao traçado? O que existia era um esboço e foram o estudo de especialidade que levaram ao traçado, como normalmente acontece.

Segundo, mas só agora é que viram que as autarquias têm de encontrar financiamento para o mesmo? Quando fizeram as contas dos 250 milhões de investimento não contaram com isso? Porquê?

Terceiro, o Metro de Lisboa tem financiamento assegurado a 100%, mas as autarquias de Odivelas e de Loures vão ter de se endividar?! Lá vai ter o município que pagar a conta!

No orçamento do PRR para o metro ligeiro de superfície foram alocados 250 milhões, como poderiam ter sido colocados 80 milhões, 500 ou outra coisa qualquer. Não houve qualquer rigor. A única coisa que importava era colocar isto no PRR a tempo das eleições autárquicas, para que os candidatos pudessem anunciar com pompa e circunstância os seus projetos, fazendo vídeos, colocando outdoors e toda uma propaganda que permitisse aos socialistas ganharem as suas Câmaras Municipais.

Enquanto tudo se prometia, tomava-se a decisão final e irreversível de tornar a linha verde circular, impedindo a linha amarela de chegar diretamente ao centro da cidade, passando os odivelenses a fazer um transbordo no Campo Grande para chegar ao centro da cidade.

O pressuposto era que o povo se esquecerá e que depois ninguém se lembraria das promessas feitas.

Só que o povo não esqueceu! E mais, sentiu-se enganado. Porque a anunciada “expansão” do metro, que pressupunha o prolongamento da linha amarela, não iria acontecer. Iria nascer uma linha violeta maioritariamente de superfície, com carruagens de circulação lenta (75 minutos do centro de Loures ao Hospital Beatriz Ângelo) e sem intermodalidade com a estação de Metro de Odivelas.

“O tempo de tudo se encarrega” e é bem verdade. Felizmente poderemos não ter a linha violeta e ter a oportunidade de exigir um verdadeiro prolongamento da linha amarela quer em direção à Ramada e a Loures, partindo da estação de Odivelas, quer em direção a Sete Rios ou Pontinha, partindo de Telheiras, podendo ser uma obra bem pensada e contemplada no financiamento do Portugal 2030.

A mesma canção diz “Vimemos com o peso do passado e da semente / Esperar tantos anos, torna tudo mais urgente”. Não é só um passado, é um presente que urge mudar.

Com estes 250 milhões que agora sobram, mais os 150 milhões que os municípios estavam dispostos a gastar, para que as populações de Odivelas e Loures não fiquem “a ver navios” (melhor dizendo, comboios), vistam no parque habitacional, em ciclovias, na criação de zonas verdes, em soluções que evitem as cheias, como as recentes, na regeneração da zona sul do concelho de Odivelas e na reabilitação das inúmeras AUGI que ainda estão por licenciar.

Diz o povo e com verdade: há males que vêm por bem!

Filipe Martins, Iniciativa Liberal de Odivelas



Modelo e concessões de energia elétrica em baixa tensão discutidos no Conselho Metropolitano de Lisboa

A Área Metropolitana de Lisboa decidiu pronunciar-se sobre as concessões municipais e o modelo territorial da distribuição de energia elétrica em baixa tensão, tendo por base a proposta da Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE) para a delimitação das áreas territoriais.

O tema foi alvo de apreciação e discussão no último Conselho Metropolitano de Lisboa, realizado no dia 23 de fevereiro, na sede da Área Metropolitana de Lisboa.

Na reunião foram ainda designados os representantes dos municípios que irão presidir aos conselhos locais de saúde mental, que são órgãos consultivos dos serviços locais de saúde mental.

Nestes conselhos estão representadas as entidades com intervenção na área da saúde ao nível local.

Ficou definido que a Câmara Municipal de Almada indicará o seu representante para o Hospital Garcia de Horta, a Câmara Municipal

Abordou-se, igualmente, o roteiro de implementação do processo de adaptação e mitigação de riscos hidrológicos da área metropolitana de Lisboa em bacias hidrográficas com registo de cheias e inundações, e em áreas com suscetibilidade a movimentos de vertente, sobre os quais se procurará intervir, com planos, projetos e obras, e, por esta via, se poderem reduzir a exposição a riscos e melhorar a sua prevenção.

Apresentaram-se, ainda, as linhas genéricas de uma conferência sobre “Cultura em rede na área metropolitana de Lisboa”, que decorrerá em Oeiras, no dia 19 de abril.

De uma forma sucinta, fez-se um ponto de situação relativo ao desenvolvimento dos trabalhos, com vista à elaboração de candidaturas aos programas do Portugal 2030

Foi também feito um breve balanço sobre os trabalhos desenvolvidos no âmbito do plano de intervenção “Comunidades em Ação - Operações integradas metropolitanas” do PRR, que corporiza um investimento de 121,5 milhões de euros em 31 operações, que contemplam intervenções físicas e ações imateriais, em comunidades onde se concentram diversas vulnerabilidades sociais e económicas.

O Conselho Metropolitano é o órgão deliberativo da Área Metropolitana de Lisboa, de acordo com o estatuto das entidades intermunicipais.

É constituído pelos presidentes das câmaras municipais dos 18 municípios que integram a área metropolitana (Alcochete, Almada, Amadora, Barreiro, Cascais, Lisboa, Loures, Mafra, Moita, Montijo, Odivelas, Oeiras, Palmela, Seixal, Sesimbra, Setúbal, Sintra e Vila Franca de Xira).

É presidido por Carla Tavares (presidente da Câmara Municipal da Amadora), tendo como vice-presidentes Hélder Sousa Silva (presidente da Câmara Municipal de Mafra) e Frederico Rosa (presidente da Câmara Municipal do Barreiro).

Lisboa, 24 de fevereiro de 2023

Fonte: AML



A Área Metropolitana de Lisboa defende que deverá existir uma única concessão a nível nacional, e considera fundamental que as rendas anuais devidas aos municípios pelas concessões não possam ser inferiores aos custos da eletricidade utilizada na iluminação pública e na mobilidade elétrica.

Consideram ainda que se assegure a inclusão de mecanismos e formas de acompanhamento que permitam aos municípios assegurar o cumprimento dos compromissos assumidos, que se salguarde a inclusão de cláusulas sancionatórias para eventuais incumprimentos por parte dos concessionários, e que se permita que a gestão integral da iluminação pública, possa ser assumida pelo Município, se for essa a sua opção.

A AML reforça, ainda, a urgência da decisão, e solicita ao Governo que promova, o mais rapidamente possível, o concurso de concessão(ões) em causa.

do Barreiro para o Centro Hospitalar Barreiro Montijo, a Câmara Municipal de Cascais para o Hospital de Cascais, a Câmara Municipal de Lisboa para os centros hospitalares Lisboa Norte e Lisboa Ocidental, a Câmara Municipal de Loures para o Hospital Beatriz Ângelo, a Câmara Municipal de Sintra para o Hospital Fernando Fonseca e a Câmara Municipal de Setúbal para o Centro Hospitalar de Setúbal.

Aos conselhos compete a emissão de pareceres sobre os planos e relatórios de atividade do respetivo serviço local de saúde mental e a apresentação de propostas de melhoria relativas ao seu funcionamento.

Na reunião foram também prestadas informações sobre os trabalhos desenvolvidos pela AML na componente habitação do PRR, relativamente ao acordo-quadro habitação, à plataforma de informação metropolitana sobre habitação e às candidaturas dos municípios.

QUEIXA À CMVM REVELA FALHAS NO REPORTE ANUAL SOBRE UTILIZAÇÃO DE PLÁSTICO POR PARTE DO GRUPO SONAE

A [Sciaena](#) e a [ZERO](#) – em parceria com a [ClientEarth](#) – apresentaram hoje uma queixa à [Comissão de Mercado de Valores Mobiliários](#) sobre o que consideram ser o incumprimento por parte do grupo SONAE dos deveres de reporte sobre o uso de plástico nas suas diferentes áreas de negócio.

As organizações signatárias da queixa são da opinião que, muito embora, no seu [relatório integrado anual de 2021](#) o grupo refira fortes preocupações com os impactos da poluição por plástico no ambiente, o facto é que:

- Não é apresentada uma explicação clara sobre como os plásticos são usados no seu modelo de negócio;
- Estão omissos os impactos que esta utilização tem no ambiente;
- Falta uma descrição dos riscos que o uso intensivo de plástico coloca para o seu negócio e para os investidores;
- Não são explicadas de forma clara as políticas do grupo sobre o plástico, incluindo como estas ações permitem reduzir os seus impactos no ambiente.

Com a apresentação desta queixa, as organizações signatárias pretendem que a CMVM atue enquanto entidade reguladora da área financeira, e solicite a regularização desta situação junto da Sonae, de forma a que os investidores, os consumidores e a sociedade em geral possam ter acesso a informação clara e pormenorizada sobre o uso, os impactos e as medidas pensadas e implementadas para os reduzir.

Catarina Abril, da Sciaena, realça que “o modelo de negócio da Sonae está extremamente dependente do plástico. Face à urgência da crise do plástico, preocupa-nos que a Sonae pareça não estar a lidar seriamente com esta questão. Um bom primeiro passo passaria por relatar de forma clara e transparente o seu papel tanto na utilização do plástico como no combate à poluição do mesmo. De um modo geral, queremos ver um maior empenho da Sonae em ‘desplastificar’ as suas actividades, reduzindo em particular a sua dependência do plástico de utilização única”.

Ainda que a Sonae já esteja a desenvolver algumas ações interessantes na área da redução e reutilização, a sua implementação tende a ser em pequena escala e parcial, o que prejudica o seu desempenho e o contributo para uma mudança sistémica do seu modelo de negócio.

O ENQUADRAMENTO
Publicado em julho de 2017, o [Decreto-Lei n.º](#)

[89/2017](#) veio transpor a [Diretiva Europeia relativa à divulgação de informações não financeiras \(NFRD\)](#) que requer que as empresas divulguem informação sobre a sustentabilidade do seu negócio, nomeadamente reportando o seu impacto no meio ambiente, os riscos que estes impactos acarretam no seu modelo de negócio e as estratégias de mitigação destes impactos que as empresas pretendem implementar.

A forte presença do plástico no modelo de negócio do grupo Sonae é transversal a diversas empresas sob a sua gestão. Entre estas empresas encontram-se o Continente, assim como as suas marcas de moda (MO e Salsa), e de venda de bens eletrónicos (Worten), que representam conjuntamente 98% das receitas do grupo.

Na opinião das organizações signatárias, o relatório integrado anual de 2021 da Sonae falha em reconhecer e explicitar a contribuição do grupo para os impactos da poluição por plásticos no ambiente. Para além disso, o relatório refere apenas dados quantitativos sobre produtos de marca própria, ignorando por completo a pegada plástica de outras marcas comercializadas pelo grupo.

O PROBLEMA DO FOCO NA RECICLABILIDADE
De uma forma global o grupo Sonae realça ainda, no seu relatório integrado anual de 2021, dúvidas face à eficácia das políticas de reciclagem em Portugal, mas, no entanto, as estratégias de combate ao plástico por parte do grupo centram-se ainda essencialmente na reciclabilidade e utilização de conteúdo reciclado nos seus produtos, não referindo, no entanto, como é que estas medidas irão contribuir para a mitigação do problema à luz da baixa probabilidade de estes resíduos estarem efetivamente a ser reciclados. A forte aposta na reciclagem em detrimento da transição para a redução e reutilização mantém a sua dependência deste material.

Susana Fonseca da ZERO refere: “a verdade é que, mesmo na Europa, as taxas de reciclagem de plástico são baixas. Em 2019, segundo a OCDE, os países europeus reciclaram cerca de 14% dos resíduos de plástico. A ZERO, que tem trabalhado este tema desde 2016, tem dados que apontam para uma taxa de reciclagem de plástico e de embalagens de plástico em Portugal, muito abaixo dos valores apresentados oficialmente”.

Ainda na esfera das medidas de combate à poluição, o grupo Sonae compromete-se até 2025

a tornar 100% das suas embalagens reutilizáveis, recicláveis ou compostáveis. Num desenvolvimento recente, o grupo Sonae anunciou a instalação de pontos de reenchimento para alimentos secos, detergentes e alimentos para animais de estimação a granel, disponibilizando embalagens reutilizáveis, nas lojas do Colombo (em Lisboa) e em Matosinhos, como parte do projeto-piloto “[Refill Spot by Continente](#)”. Ainda que este seja um bom primeiro passo na direção da “desplastificação” é essencial que iniciativas como esta se estendam às mais de 300 lojas Continente que existem por todo o país.

Apesar dos recentes esforços da Sonae face à reutilização, é pouco claro qual será o peso desta estratégia no cumprimento da meta que define para 2025, sendo de extrema importância dar prioridade à reutilização que permitirá ao grupo uma maior resiliência financeira face a possíveis alterações significativas na legislação, tanto a nível nacional como europeu.

PARA O FUTURO
Neste contexto, consideramos ser crucial que o grupo Sonae inclua no seu próximo relatório uma análise de risco relativa à utilização do plástico no seu modelo de negócio, que permita informar atempada e conscientemente os seus investidores dos riscos a que se encontram expostos, dada a ainda elevada dependência do atual modelo de negócio da utilização de plástico. Entre as melhorias que deverão constar no próximo relatório anual encontram-se ainda o esclarecimento dos impactos que as suas marcas têm no meio ambiente, a inclusão de dados quantitativos sobre marcas externas que comercializam e a clarificação das suas políticas de combate à poluição, esclarecendo como é que as mesmas irão contribuir para a diminuição deste grave problema ambiental que o século XXI enfrenta.

Consideramos, por fim, que o diálogo transparente entre as ONGA e os retalhistas deve ser mantido, tendo a Sonae para fins de notificação sido contactada no dia 1 de fevereiro. Em resposta à notificação de queixa a Sonae mantém que, na sua opinião, o seu relatório anual de 2021 está em conformidade com as disposições legais referidas na queixa.

Fonte: ZERO.ONG

A Nova Era de Fabricação para a Produção de Energia Limpa

Os desafios energéticos que se vêm colocando ao mundo estão a fazer emergir uma nova era industrial – a era do desenvolvimento e fabricação de tecnologia para produção de energia frequentemente designada por energia limpa – o que está na origem do aparecimento de novos mercados de âmbito internacional e na criação de milhões de empregos. Este paradigma emergente tem levado a que, um pouco por todo o mundo, os países tenham vindo a delinear estratégias para assegurar o seu posicionamento na nova economia energética global.

Estudos que têm vindo a ser divulgados perspectivam que o desenvolvimento e fabrico em massa das principais tecnologias para a produção de energia a partir de fontes renováveis corresponderá a um mercado com o valor de 650 biliões de dólares por ano, até 2030, ou seja, três vezes superior ao que representa atualmente, se os países cumprirem os acordos internacionais que têm subscrito, relativos à adoção de estratégias de combate às alterações climáticas. Os mesmos estudos apontam para um crescimento do número de postos de trabalho no mundo, associados a esta indústria emergente, dos atuais 6 milhões para 14 milhões até 2030, perspetiva-se um crescimento exponencial nas próximas décadas à medida que as transições energéticas vão ocorrendo por todo o mundo.

Todavia, as atuais cadeias logísticas correspondentes ao fabrico de produtos para a produção de energia limpa caracterizam-se por riscos de disrupção elevados, em consequência das grandes concentrações geográficas de mineração e processamento de recursos naturais, bem como das unidades industriais com capacidade de fabricação em massa. Para o fabrico de painéis, turbinas eólicas, baterias, eletrolisadores e bombas de calor, os três maiores países produtores respondem por, pelo menos, 70% da capacidade de fabricação de cada tecnologia, com a China a dominar todos eles. Por outro lado, grande parte da mineração de recursos naturais críticos ao fabrico dos produtos mencionados está concentrada num pequeno número de países. Por exemplo, a República Democrática do Congo produz mais de 70% do cobalto produzido no mundo e apenas três países, Austrália, Chile e China, respondem por mais de 90% da produção mundial de lítio.

A distribuição geográfica desigual dos re-

ursos minerais críticos, os longos prazos para o desenvolvimento de novas minas e a necessidade de assegurar elevados padrões ambientais sociais e de governança fazem com que a colaboração internacional e as parcerias estratégicas sejam cruciais para assegurar a desejável estabilidade das cadeias logísticas subjacentes a este setor de atividade.

Esta realidade que o mundo enfrenta tem provocado, nos últimos anos, aumentos significativos nos preços dos produtos associados à produção de energia limpa, induzindo dificuldades acrescidas ao processo de transição energética que vem sendo implementado em muitos países. Em 2022, globalmente, os preços do cobalto, lítio e níquel tiveram um aumento de aproximadamente 10%. Após anos de declínio, o preço das turbinas eólicas fora da China também aumentou. Tendências semelhantes têm sido registadas no que se refere aos painéis solares para conversão da energia solar em elétrica.

Há cerca de dois anos, a *IEA – International Energy Agency* anunciava que uma nova economia global de energia estava a emergir rapidamente. Hoje, este paradigma constitui-se no pilar central de qualquer estratégia económica e cada país necessita de identificar como pode beneficiar das oportunidades e enfrentar os desafios. Estima-se que, se o que já foi anunciado no mundo for construído, serão percorridos 2/3 do caminho necessário para alcançar o utópico objetivo de emissões zero de carbono. No entanto, o momento atual caracteriza-se por uma aproximação às metas definidas internacionalmente para o combate às alterações climáticas que tantas catástrofes têm provocado nos tempos mais recentes.

Esta realidade tem impulsionado alguma diversificação nas cadeias logísticas que suportam esta nova economia global de energia, particularmente acelerada pela aprendizagem que tem sido feita em consequência da guerra da Ucrânia, em que o mundo percecionou as elevadas vulnerabilidades da Europa, resultantes da sua enorme dependência do gás russo. Dependências de um país ou de uma rota comercial induzem vulnerabilidades acrescidas com consequências económicas imprevisíveis em caso de disrupção da cadeia logística. É neste contexto que atualmente podemos observar muitos países, em todo o mundo, a competir por uma posição de liderança na nova economia de energia,

impulsionando a instalação de capacidade produtiva de energia limpa. Todavia, será desejável que se estabeleça um nível saudável de colaboração internacional, uma vez que nenhum país é uma ilha energética e as transições energéticas serão mais caras e lentas se os países não trabalharem colaborativamente.

É neste contexto que os investidores em unidades fabris para o fabrico dos produtos acima mencionados estão a fazer avaliações rigorosas das políticas que lhes podem trazer vantagens competitivas. Um fator que tem sido considerado determinante para a realização do investimento está relacionado com as condições proporcionadas para colocar uma instalação em laboração num curto espaço de tempo (1 a 3 anos em média).

Realça-se que dos projetos anunciados no mundo para a construção de unidades fabris vocacionadas para a energia solar fotovoltaica, apenas 25% estão já em construção ou vão iniciar-se muito brevemente. O número é de cerca de 35% para baterias e menos de 10% para eletrolisadores. É evidente que as políticas governamentais e os desenvolvimentos do mercado terão um efeito decisivo sobre o destino dos restantes projetos.

João Calado
(Professor Coordenador Principal do ISEL)
(ex-Vereador do PSD)





CPITI
COMPANHIA PORTUGUESA DE
IMPRESSORAS
TECNOLOGIAS DE IMPRESSÃO

SOLUÇÕES DE IMPRESSÃO

www.cpiti.pt
21 472 7000 info@cpiti.pt



www.radiobobadela2020.org



ERC
ESTÁGIO EDUCACIONAL
PARA A COMUNICACÃO SOCIAL
OFICIALMENTE PELA ERC
Associação de Comunicação Social
N.º De Registo 700174



RB-2020
QR CODE

Porque a Magia do Som Está Na Cor Da Música



Distribuição nos meios digitais para uma audiência de 50.000
pessoas nos concelhos de Loures e Odivelas
E.Mail Comercial: NoticiasLx-Pub@Sapo.pt